

12/março/2020

À: Odebrecht TransPort S.A.

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº 203DA-004-PB OTP

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht TransPort S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Odebrecht TransPort S.A.

Relatório do auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Odebrecht TransPort S.A.
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht TransPort S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Odebrecht Transport S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativa e, em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante individual e consolidado, excedia o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 812.152 mil e R\$ 1.857.183 mil, respectivamente. Nesta data, a Companhia apresenta alto índice de alavancagem, 89,48% do capital total.

A Administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia, através da reestruturação da dívida corporativa e de suas investidas e de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial de determinados ativos, entre outras ações operacionais e financeiras. A eventual não confirmação dessas ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, indicam a existência de incerteza relevante que podem gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

A Companhia e suas controladas estão reclassificando as transações dos ativos circulantes mantidos para negociação nas demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(c). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

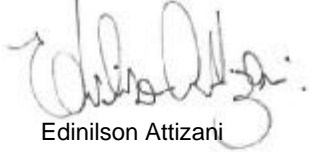
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP 293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

ATIVO

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	20.590	23.338	42.578	102.963
Aplicações financeiras	7	-	-	81.420	25.224
Contas a receber	8	-	-	15.541	22.272
Partes relacionadas	9	-	4.309	-	-
Tributos a recuperar	-	6.981	24.938	18.499	43.032
Despesas antecipadas	-	1.197	159	7.315	7.533
Outros ativos	-	3.587	4.772	4.342	8.093
		<u>32.355</u>	<u>57.516</u>	<u>169.695</u>	<u>209.117</u>
Ativos não circulantes mantidos para negociação	10	-	132.409	122.524	6.423.080
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7	-	18.688	143.458	29.727
Contas a receber	8	-	-	-	232
Partes relacionadas	9	199.450	493.179	242.684	142.372
Depósitos judiciais	17	-	-	365	1.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	30.953	27.141
Outros ativos	-	-	-	11.155	9.930
		<u>199.450</u>	<u>511.867</u>	<u>428.615</u>	<u>211.172</u>
Investimentos	11	782.798	990.331	119.986	183.611
Imobilizado	12	28.446	5.690	90.621	66.462
Intangível	13	-	-	1.843.270	1.850.862
		<u>1.010.694</u>	<u>1.507.888</u>	<u>2.482.492</u>	<u>2.312.107</u>
Total do ativo		<u><u>1.043.049</u></u>	<u><u>1.697.813</u></u>	<u><u>2.774.711</u></u>	<u><u>8.944.304</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

PASSIVO

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	836.018	603.150	1.889.086	1.736.936
Fornecedores	-	2.478	2.768	91.877	89.351
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.175	24.429	16.163	45.179
Impostos, taxas e contribuições sociais	-	148	1.151	6.112	15.684
Arrendamento mercantil	15	3.363	-	17.034	-
Outros passivos	18	1.325	2.104	6.606	7.912
		<u>844.507</u>	<u>633.602</u>	<u>2.026.878</u>	<u>1.895.062</u>
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	10	-	-	45.698	4.349.660
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	594.213	-	1.155.428
Fornecedores	-	-	-	1.225	2.772
Arrendamento mercantil	15	21.342	-	30.946	-
Partes relacionadas	9	29.718	-	29.718	30
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	17	-	-	5.960	1.906
Provisão para conserva especial	19	-	-	121.890	102.263
Outros passivos	18	-	-	321.667	331.215
		<u>51.060</u>	<u>594.213</u>	<u>511.406</u>	<u>1.593.614</u>
Patrimônio líquido	20				
Capital social	-	1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Reservas de capital	-	621.483	621.483	621.483	621.483
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(43.893)	(42.669)	(43.893)	(42.669)
Prejuízos acumulados	-	(2.040.821)	(1.719.529)	(2.040.821)	(1.719.529)
		<u>147.482</u>	<u>469.998</u>	<u>147.482</u>	<u>469.998</u>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	33.769	377.147
Participação dos acionistas não controladores em ativos mantidos para negociação	10	-	-	9.478	258.823
		<u>147.482</u>	<u>469.998</u>	<u>190.729</u>	<u>1.105.968</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.043.049</u>	<u>1.697.813</u>	<u>2.774.711</u>	<u>8.944.304</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Operações continuadas			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita líquida	21	-	-	500.669	493.157
Custos de construção	22	-	-	(90.622)	(95.682)
Custos dos serviços prestados	23	-	-	(176.194)	(213.255)
Lucro bruto		-	-	233.853	184.220
Despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	11 (ii)	(178.953)	(136.842)	-	-
Gerais e administrativas	23	(34.110)	(68.669)	(92.434)	(118.928)
Outras receitas e despesas, líquidas	23	(1.957)	(39.556)	(35.915)	(35.114)
Lucro (prejuízo) operacional		(215.020)	(245.067)	105.504	30.178
Resultado de participações societárias	-	-	-	(79.006)	(38.192)
Resultado financeiro, líquido	24	(64.617)	(56.538)	(361.064)	(364.917)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(279.637)	(301.605)	(334.566)	(372.931)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	16	-	(12.485)	2.367	(9.924)
Prejuízo das operações continuadas		(279.637)	(314.090)	(332.199)	(382.855)
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas	10	(41.648)	(245.252)	(21.290)	(173.201)
Prejuízo do exercício		(321.285)	(559.342)	(353.489)	(556.056)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia	-	-	-	(321.285)	(559.342)
Participação dos não controladores	-	-	-	(31.327)	(845)
Participação dos não controladores nos ativos mantidos para negociação	-	-	-	(877)	4.131
				(353.489)	(556.056)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	25	(1,50)	(2,61)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	(321.285)	(559.342)	(353.489)	(556.056)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investidas no exterior	20 (b) -	(10)	(1)	(28)
Ajuste de valor de justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	20 (b) -	107	-	179
Total do resultado abrangente do exercício	(321.285)	(559.245)	(353.490)	(555.905)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	-	(321.285)	(321.285)	(559.245)
Participação dos não controladores	-	-	(32.205)	3.340
	(321.285)	(559.245)	(353.490)	(555.905)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Das operações	-	(279.637)	(313.993)	(382.645)
Dos ativos mantidos para negociação	-	(41.648)	(42.525)	(173.260)
	(321.285)	(559.245)	(353.490)	(555.905)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora							
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1 de janeiro de 2018		1.610.713	621.483	(42.065)	(1.160.187)	1.029.944	630.532	1.660.476
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	-	-	-	(314.090)	(314.090)	(845)	(314.935)
Lucro (prejuízo) do exercício dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	(245.252)	(245.252)	4.131	(241.121)
Ajuste de valor justo de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	107	-	107	72	179
Ajuste de conversão de investidas no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	(18)	(28)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	97	(559.342)	(559.245)	3.340	(555.905)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	-	-	-	(701)	-	(701)	21	(680)
Aporte de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	2.077	2.077
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		1.610.713	621.483	(42.669)	(1.719.529)	469.998	635.970	1.105.968
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	-	-	-	(279.637)	(279.637)	(31.327)	(310.964)
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	(41.648)	(41.648)	(877)	(42.525)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(7)	(7)	-	(7)
Ajuste de conversão de investidas no exterior	20 (b)	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(321.292)	(321.292)	(32.205)	(353.497)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	20 (b)	-	-	(1.224)	-	(1.224)	(597)	(1.821)
Participação de acionistas não controladores em investimentos alienados	-	-	-	-	-	-	(559.921)	(559.921)
Em 31 de dezembro de 2019		1.610.713	621.483	(43.893)	(2.040.821)	147.482	43.247	190.729

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	(279.637)	(301.605)	(334.566)	(372.931)
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para negociação	(41.648)	(245.252)	(21.504)	(156.825)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Resultado de participações societárias	178.953	136.504	79.006	38.192
Depreciação e amortização	3.243	656	52.223	36.126
Ajuste a valor presente	1.089	-	7.067	-
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	60.902	80.541	342.779	388.303
Resultado com alteração de participação societária	-	32.794	18.680	32.794
Provisão para conserva	-	-	14.894	53.579
Outros	3.176	23.692	23.211	28.114
Lucro (prejuízo) ajustado das operações	(32.274)	(27.418)	203.294	204.177
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício dos ativos mantidos para negociação	190.759	245.252	239.885	876.259
Lucro ajustado dos ativos mantidos para negociação	149.111	-	218.381	719.434
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	-	-	15.806	190
Tributos a recuperar	16.122	9.982	7.731	15.412
Outros ativos	(754)	15.836	585	14.327
Fornecedores	(290)	(65)	(6.546)	630
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(22.407)	9.586	(24.655)	(60)
Outros passivos	5	1	(1.303)	546
Caixa proveniente das operações	(7.324)	35.340	(8.382)	31.045
Pagamento de juros e encargos financeiros	(27.172)	(26.831)	(89.185)	(124.476)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.626)	(3.478)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(66.770)	(18.909)	101.101	107.268
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação	149.111	-	214.346	374.603
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao investimento em participações societárias	(9.510)	(31.880)	(1.719)	(47.407)
Redução de capital social em investidas	48.637	4	-	4
Alienação de investimentos	-	-	20.346	-
Adições ao imobilizado	-	-	(108)	(2.256)
Adições ao intangível	-	-	(92.972)	(87.531)
Aplicações financeiras	19.151	(1.379)	(32.170)	56.281
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(22.331)	-
Recebimento de dividendos	2.784	175	189	175
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	61.062	(33.080)	(128.765)	(80.734)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação	-	-	(190)	(244.877)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dívidas de curto e longo prazos, líquida				
Amortização de principal	-	-	(36.363)	-
Pagamento de custos de transação	-	-	(43.510)	(47.491)
Arrendamento mercantil	(2.382)	-	(12.146)	-
Partes relacionadas				
Recursos liberados	(148.016)	(3.089)	(146.986)	(124.836)
Recursos recebidos	4.247	3.882	2.332	-
Pagamento de dividendos	-	-	(1.730)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.114	-
Aumento de capital social	-	-	160	1.878
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(146.151)	793	(237.129)	(170.449)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação	-	-	(5.699)	(192.329)
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	-	-	(4.049)	(339.948)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(2.748)	(51.196)	(60.385)	(546.466)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	23.338	74.534	102.963	649.429
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	20.590	23.338	42.578	102.963

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Odebrecht TransPort S.A. (“Companhia” ou “OTP” e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, “Grupo”), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010 tendo por objeto social:

- (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros;
- (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e
- (iii) Participar de consórcios ou de sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia é parte integrante do Grupo Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A. – Em recuperação judicial (“ODB”).

(a) Capital circulante líquido (“CCL”)

A Companhia e o Grupo encerraram o exercício de 31 de dezembro de 2019 com passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 812.152 (2018 - R\$ 576.086) na controladora e R\$ 1.857.183 (2018 – R\$ 1.685.945) no consolidado. Na Companhia, o excesso decorre da aproximação do vencimento dos empréstimos e no consolidado em virtude, substancialmente, do saldo de financiamento da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) que previa, em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e posterior liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da CRO e os termos de garantias dos acionistas. Diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a CRO busca atualmente alternativas para a reestruturação de sua dívida por meio da rescisão contratual, devolução mediante nova licitação ou da troca de controle acionário.

A Administração vem implementando ações para assegurar a hígidez financeira da Companhia e consolidar a sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a atender aos seus credores. Dessa forma, a Companhia vem simplificando suas estruturas, tendo como meta a redução de seus riscos operacionais e financeiros. Dentre as ações, estão a reestruturação financeira das dívidas e a desmobilização de ativos.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e eventos societários relevantes que impactaram essa demonstração contábil individual e consolidada

Em 28 de maio de 2019, a Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBR”) concluiu a alienação do controle acionário da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”) para o fundo de investimento SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo SCP”), pelo montante de R\$ 850.951. A transação foi concluída após satisfação das condições suspensivas previstas no Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, firmado em 29 de janeiro de 2019, que incluíram, dentre outros, a cessão pela Companhia de todos os direitos e obrigações assumidos no âmbito da primeira emissão de debêntures da Companhia, código ODTR11, para a CRB. Em contrapartida à cessão, foi realizada a quitação do “Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a CRB. Nesta transação, foi alienado 85% do capital social da CRB e a ODBR permaneceu com 15% do capital social total e votante da CRB, por meio do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Fundo OTP CRB”).

Também em 28 de maio de 2019, foi concluída a alienação do controle indireto na Supervia Concessionária Transportes Rodoviários S.A. (“Supervia”) para a Guarana Urban Mobility Incorporated (“GUMI”), nos termos do *Share Purchase, Credit Assignment and Investment Agreement*, assinado em 28 de fevereiro de 2019. Além de participação societária indireta na Supervia, foram alienados créditos de mútuo e garantias frente à Supervia, créditos de mútuos em face do Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT-RJ”) e recebíveis em face da Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”).

A alienação de controle da Supervia considerou um processo de reestruturação societária como parte das condições precedentes à alienação, que incluiu: (i) a cisão parcial da OM com transferência dos ativos negociados para a Zania Participações S.A. (“Zania”), constituída com a finalidade de ser a nova holding da Supervia, e para a OTP SPV Participações S.A. (“OTP SPV”), constituída com o objetivo de deter a participação residual da OTP na Supervia; (ii) o aporte da Companhia na Zania, mediante integralização dos créditos de mútuo detidos junto à Supervia e recebíveis em face do VLT-GO; e (iii) a aquisição pela Companhia da participação indireta de 12,7% da Supervia, detida pela Odebrecht Overseas (“OOL”), e a aquisição, mediante cessão de créditos, de garantias a receber da Supervia, detidos pela Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”), com posterior integralização na OTP SPV.

Após a reestruturação societária e cumprimento das demais condições precedentes, a Companhia alienou a sua participação na Zania à GUMI, pelo montante de R\$ 142.048. Com esta aquisição, em conjunto à aquisição da participação de 27,2% na RTC detida pela Transportation Infrastructural Equity Fund Ltd. (“TIEF”), a GUMI passou a deter 75,88% de participação indireta na Supervia.

De forma imediata à alienação, OTP SPV e Zania integralizaram os créditos detidos em face da Supervia na Rio Trens Participações S.A. (“RTP”), acionista indireta da Supervia. O aporte da Zania também incluiu recursos em moeda corrente no montante de R\$ 550.000. Com isso, a OTP passou a deter 11,33% e a GUMI 88,67% de participação acionária indireta na Supervia, através das suas investidas OTP SPV e Zania, respectivamente.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 29 de julho de 2019, foi concluída a Assembleia Geral Extraordinária instalada em 28 de junho de 2019, onde foi aprovada a incorporação da Woodhollow Participações S.A. (“Woodhollow”) pela Companhia, que passou a ser sua sucessora legal em todos os direitos e obrigações.

Em 9 de agosto de 2019, foi concluída a alienação da participação societária da Companhia detida na Liquiport Vila Velha S.A. (“Liquiport”), nos termos do Contrato de compra e venda assinado em 11 de março de 2019, pelo valor de R\$ 8.250.

Em outubro de 2019, o contrato de compra e venda de ações celebrado pela OM Linha 6 Participações S.A. (“OM Linha 6”), em conjunto com os demais acionistas da Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move SP”), deixou de produzir efeitos, em razão do não cumprimento de condições precedentes por parte do potencial comprador.

Em 8 de novembro de 2019, a Move SP firmou Compromisso de Cessão e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidas condições mínimas para a cessão do Contrato de Concessão para uma nova sociedade (“Nova Concessionária”), a ser constituída pela Acciona Construcción, S.A. (“Acciona”). A proposta recebida representa um resultado econômico maior para a Companhia quando comparada com a alternativa de recebimento de indenização decorrente da caducidade do Contrato pois, dentre outros aspectos, traz celeridade no recebimento dos créditos detidos contra a Move SP, descritos na Nota Explicativa nº 9, além de eliminar eventuais aportes na Move SP para fazer frente às suas despesas administrativas.

(c) **Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas**

Ativos não circulantes mantidos para negociação

A Companhia permanece comprometida com um plano de alienação de determinados ativos, aprovado no nível hierárquico de gestão apropriado (“Plano”), tendo iniciado um programa firme para a sua conclusão. Neste contexto, em 31 de dezembro de 2019, as ações tomadas para alienação das participações detidas nas empresas Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”) indicavam ser improvável a existência de alteração significativa no Plano. Esses ativos são apresentados em linha específica no balanço patrimonial e no resultado do exercício e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Os efeitos estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

Operações descontinuadas

Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a conseqüente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovía do Nordeste S/A (“Agrovía”) iniciou a busca por alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, ainda que ocorresse a diversificação das cargas, não se vislumbrava a viabilidade para a manutenção do Terminal, tendo em vista que seriam necessárias mudanças substanciais no objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração decidiu paralisar as operações do Terminal.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, em 3 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Agrovía aprovou o início do processo de “Resilição do Contrato de Arrendamento CT n° 029/2012” celebrado com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (“SUAPE”), sendo o pedido de rescisão amigável protocolado em 27 de agosto de 2019 na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”). Tal pedido considera a indenização dos investimentos realizados na implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovía.

Tendo em vista o processo de devolução do contrato de arrendamento da Agrovía, este investimento está sendo tratado como operação descontinuada e, conseqüentemente, os resultados de suas operações estão sendo apresentados nas demonstrações de resultado do exercício e de fluxo de caixa de forma aglutinada, juntamente com os resultados dos “Ativos não circulantes mantidos para negociação”.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais ativos e passivos da Agrovía são resumidos a seguir:

Ativo		Passivo e Patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	287	Fornecedores	201
Despesas antecipadas	53	Debêntures	46.742
Tributos a recuperar	2.171	Outros passivos	4.081
Outros ativos	6		51.024
	<u>2.517</u>		
Não circulante		Não circulante	
Despósitos judiciais	10	Partes relacionadas	1.549
		Impostos, taxas e contribuições	1.277
		Arrendamento mercantil	1.992
		Outros passivos	819
			<u>5.637</u>
Imobilizado		Patrimônio líquido	
	59.165	Capital social	57.945
Intangível	16	Prejuízos acumulados	(52.898)
	<u>59.191</u>		<u>5.047</u>
	<u>61.708</u>		<u>61.708</u>

Reapresentação dos resultados e fluxos de caixa

As demonstrações de resultado do exercício e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 dos Ativos não circulantes mantidos para negociação CRA, CBN e CRC e das operações descontinuadas de Agrovía estão sendo reapresentadas para uma única rubrica nessas demonstrações para fins de comparabilidade, em atendimento ao CPC 31- Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Os efeitos da reclassificação estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Investigações e medidas judiciais em andamento

Em dezembro de 2016, no contexto da chamada Operação “Lava Jato”, a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, do qual a Companhia e suas controladas fazem parte, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. que firmou acordo próprio. Em julho de 2018, a ODB também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”).

O Grupo Odebrecht possui compromisso de continuamente atuar com transparência e integridade, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas, que zelam pela conduta baseada em princípios e valores éticos, e conta com um sistema de conformidade alinhado com as melhores práticas de mercado desde 2014.

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

(e) Contratos de concessão

Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”)

Contrato concessão firmado em 12 de março de 2014, entre a ANTT e a CRO, para a prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, no estado do Mato Grosso, compreendendo o trecho de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na MT-407. A concessão está sendo explorada principalmente pela cobrança da tarifa de pedágio dos usuários. O prazo da concessão é de 30 anos, contados a partir da data de assunção da rodovia.

Em 1º de outubro de 2018, perante a Câmara de Comércio Internacional - CCI, foi requerida pela CRO a instauração de procedimento arbitral em face da ANTT e da União visando ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CRO possui autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (“PER”). Não houve, até o momento, trânsito em julgado dos processos administrativos instaurados pela ANTT. Em 08 de agosto de 2019, o tribunal de Justiça do Distrito Federal concedeu decisão liminar, em Ação Cautelar proposta pela CRO, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema.

Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”)

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre a CBN e o Estado da Bahia, por intermédio da Secretária de Infraestrutura do Estado da Bahia (“SEINFRA”), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, com a cobrança de pedágios, a partir da data de assinatura do contrato.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral, instaurado pela CNO e pela OAS S.A. – Em recuperação judicial (“OAS”), às quais compuseram o Consórcio Construtor BA 093, responsável pelas obras de adequação e construção das rodovias concessionadas e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos a serem apresentados pelas Partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, o que deverá ser possibilitado apenas na fase decisória do procedimento arbitral.

Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)

Contrato firmado em 18 de julho de 2011, entre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco) e a CRA, tendo como objeto a exploração do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way”, precedida de execução de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, contados de novembro de 2011.

Fora da esfera judicial, em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela CCBC de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela CNO e OAS. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos a serem apresentados pelas Partes. A Administração e seus consultores externos entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração de resultados.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”)

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada (CGPE) e a controlada indireta CRC, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato.

Concessionária Rota do Horizonte S.A. (“CRH”)

A CRH, com sede em Belo Horizonte – Minas Gerais, foi constituída com o objeto social, único e exclusivo, à exploração, mediante parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realização das obras de implantação, obras de ampliação e a prestação de serviços pela Sociedade e atividades correlatas, além da exploração de fontes de receitas acessórias. Entretanto, o Contrato de Concessão não foi assinado, não estando, portanto, em eficácia, motivo pelo qual a Administração está avaliando a extinção desta empresa, juntamente com os demais acionistas da CRH.

Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”)

Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada firmado em 21 de fevereiro de 2014 entre o Estado de Goiás, vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos e a Concessionária Mobilidade Anhanguera para prestação de serviços, incluindo implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos – VLT, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no contrato, o que ainda não ocorreu, motivo pelo qual a Administração está avaliando a rescisão do contrato.

Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT-RJ”)

Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada firmado em 07 de maio de 2013, entre o Município do Rio de Janeiro e o VLT-RJ para prestação de serviços, incluindo a realização de obras e fornecimento da rede prioritária, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos – VLT na região portuária e central do Rio de Janeiro pelo prazo de 25 anos, contados da emissão de ordem de início pelo Poder Concedente. A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aporte e contraprestação pecuniária pagos pelo Poder Concedente.

Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de Concessão do VLT-RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move SP”)

Contrato de concessão patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Governo do Estado de São Paulo (“Governo de SP”), pela STM, e a Move SP para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja de metrô de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão.

A Linha 6 - Laranja integrará o sistema metrô ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo e compreende uma linha com 15,3 km de extensão no trecho Brasilândia - São Joaquim, abrangendo 15 estações enterradas. A concessão patrocinada contempla as fases de implantação da infraestrutura, com prazo máximo de 06 anos e de operação, conservação e manutenção dos serviços e eventual expansão, com prazo mínimo de 19 anos, limitado ao prazo de concessão de 25 anos. O prazo de vigência somente se iniciará com a Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão, emitida após concluídas as obrigações do Poder Concedente previstas na Etapa Preliminar.

Problemas de liberações de áreas públicas e atrasos nos processos de desapropriações, bem como dificuldades causadas pelo atraso na aprovação da revisão do cronograma de implantação, por parte do Poder Concedente, geraram obstáculos à Move SP na captação de recursos de financiamento de longo prazo. Como consequência, as obras foram suspensas em setembro de 2016. Após tentativas de solucionar tais problemas e não evolução do reequilíbrio contratual, em janeiro de 2018, a Move SP notificou o Poder Concedente sobre a sua intenção de instaurar procedimento arbitral, tendo por objeto: (a) o reconhecimento do inadimplemento contratual do Poder Concedente como fator impeditivo para o prosseguimento da concessão e suas consequências financeiras para a concessionária, inclusive para fins indenizatórios e de elisão de qualquer pretensão punitiva; e (b) a apuração das indenizações devidas à concessionária em decorrência da extinção contratual.

Ainda em 2018, a Move SP iniciou os procedimentos para rescisão do Contrato de Concessão e, em seguida, o Governo de SP instaurou um processo administrativo para apuração e decretação da caducidade do Contrato de Concessão, que culminou na decretação da caducidade, cujos efeitos seriam produzidos a partir de 13 de agosto de 2019. Em 9 de agosto de 2019, o Governo de SP publicou o Decreto 64.382/2019, prorrogando a eficácia da caducidade do contrato de Concessão junto à Move SP, de 13 de agosto de 2019 para 11 de novembro de 2019 e, mais recentemente, pelo Decreto Estadual nº 64.572, de 8 de novembro de 2019, para 9 de fevereiro de 2020.

Em decorrência do início do processo de caducidade, as seguradoras contratadas para o seguro “*Performance Bond*”, no qual a Companhia garante 4,8%, receberam aviso de sinistro e estão discutindo com o Governo sob a alegação de que a sua execução deve aguardar o resultado da arbitragem, quando haverá a definição do valor de indenização devido à Move SP ou a conclusão das negociações para a cessão do contrato de concessão para a Acciona, mencionadas na Nota Explicativa nº 1(b).

Agrovia do Nordeste S.A. (“Agrovia”)

A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objetivo a execução do contrato de arrendamento de área, localizado na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no município de Ipojuca, estado de Pernambuco, destinado à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar à granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Agrovía possui Contrato de Arrendamento transferindo a titularidade de todos os direitos e obrigações da construção e exploração do terminal açucareiro na ZIP de Suape para a Companhia. O contrato tem o prazo de 25 anos podendo ser prorrogado por mais 25 anos.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(c), a Companhia iniciou os trâmites para a rescisão do contrato de arrendamento celebrado pela Agrovía.

- (f) As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 12 de março de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que a Companhia possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e ajustes posteriores, e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

(a) Companhias consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes entidades em 31 de dezembro:

Companhias consolidadas diretamente	País	Participação no capital social(%)	
		2019	2018
Liquiport Vila Velha S.A. ("Liquiport")	Brasil	-	100,00
Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH")	Brasil	60,00	60,00
Woodhollow Participações S.A. ("Woodhollow")	Brasil	-	100,00
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR")	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	94,97	94,08
Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV") (ii)	Brasil	100,00	-
Companhias consolidadas indiretamente			
Rio Trens Corporation ("RTC") (i)	Ilhas Cayman	-	36,00
Rio Trens Participações S.A. ("RTP") (i)	Brasil	-	36,00
SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A. ("SuperVia") (i)	Brasil	-	36,00
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") (iii)	Brasil	74,13	74,13
Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB") (i)	Brasil	-	100,00
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO")	Brasil	100,00	100,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha6")	Brasil	42,00	42,00
F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (i)	Brasil	-	36,00
SC Empreendimentos e Participações S.A. (i)	Brasil	-	36,00
Teleféricos do Rio de Janeiro S.A. (i)	Brasil	-	36,00
Hotel Central S.A. (i)	Brasil	-	36,00
Entidade de propósito específico ("EPE")			
Fundo Caixa Atlântico	Brasil	99,29	89,35

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Controle societário alienado em 2019, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. Em 2018, a participação nessas empresas estava apresentada como mantida para negociação e os valores estão apresentados em “Ativos não circulante mantidos para negociação” e “Passivo relacionados aos ativos não circulante mantidos para negociação”, cujos efeitos estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.
- (ii) Empresa adquirida em 30 de abril de 2019 (Nota Explicativa nº 1), com a finalidade de deter participação na Supervia.
- (iii) A participação nessa empresa está mantida para negociação e os seus valores estão apresentados em “Ativos não circulante mantidos para negociação” e “Passivo relacionados aos ativos não circulante mantidos para negociação”, cujos efeitos estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. Apenas a investida RTC adota moeda funcional diferente, no caso, o Dólar.

2.4 Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão e representam as obrigações a pagar pelo direito de explorar a concessão e são registrados no passivo circulante e não circulante, inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

2.5 Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(ii) Obrigações de aposentadoria

O Grupo mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência (antiga Odeprev Odebrecht), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora ODB, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

2.6 Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

Pedágio de rodovias

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas, com base na passagem dos clientes pelas praças de pedágio e compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas, já que o Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção. O método de custo acrescido de margem, varia de 0% a 1,0% nas empresas do Grupo. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

2.7 Adoção de novas normas contábeis

O seguinte pronunciamento foi adotado a partir de 1º de janeiro de 2019:

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2))

O CPC 06 (R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O Grupo adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, ou seja, são apresentadas de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas.

O Grupo utilizou alguns expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2), dentre eles, não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses contados a partir da data da aplicação inicial e não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de informática).

Os ativos e passivos de arrendamento mercantil encontram-se apresentados nas rubricas de “Imobilizado” (Nota 12), “Intangível” (Nota 13) e “Arrendamento mercantil” (Nota 15).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas estão incluídas a seguir:

(a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Os efeitos de *impairment* dos investimentos de detidos pela Companhia e suas controladas encontram-se apresentados nas Notas Explicativas nºs 10 e 11.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 16.

(c) Reconhecimento de margem da receita de construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção as controladas utilizam o custo total incorrido, mais margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

As controladas reconhecem o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda (tráfego/ passageiros), limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

(e) Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias

A Companhia e suas controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco cambial, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o seu Patrimônio Líquido.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano.

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

(f) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento ou diminuição na sua despesa ou receita financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), do IPCA (“Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo”) e do Certificado de Depósito Bancário (“CDI”).

As controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preço nas receitas onde as tarifas concessionadas são reajustadas pelo IPCA em sua maioria.

4.2 Gestão de capital - Consolidado

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	Notas	2019	2018
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.889.086	2.892.364
Caixa e equivalentes de caixa	6	(42.578)	(102.963)
Aplicações financeiras	7	(224.878)	(54.951)
Dívida líquida		1.621.630	2.734.450
Total do patrimônio líquido		190.729	1.105.968
Total do capital próprio e de terceiros		1.812.359	3.840.418
Índice de alavancagem financeira - %		89	71

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria:

	Notas	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	42.578	102.963
Aplicações financeiras	7	224.878	54.951	-	-
Contas a receber	8	-	-	15.541	22.504
Partes relacionadas	9	-	-	242.684	142.372
Outros ativos	-	-	-	15.497	18.023
		224.878	54.951	316.300	285.862

	Notas	Ativos mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.889.086	2.892.364
Fornecedores	-	93.102	92.123
Arrendamento mercantil	15	47.980	-
Partes relacionadas	9	29.718	30
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	18.267	20.935
		2.078.153	3.005.452

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos em bancos e em caixa	58	756	6.785	12.727
Aplicações financeiras (a)	20.532	22.582	35.793	90.236
	20.590	23.338	42.578	102.963

- (a) Parte do saldo das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas está aplicado no Fundo Atlântico, sendo aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas entre 90% a 96% do CDI (2018 - 75% a 102% do CDI). O Fundo Atlântico destina-se exclusivamente a investimentos da Companhia e suas investidas.

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras (a)	-	-	81.420	25.224
Caixa restrito (b)	-	18.688	7	29.727
Títulos de valores mobiliários (c)	-	-	143.451	-
	-	18.688	224.878	54.951
Ativo circulante	-	-	81.420	25.224
Ativo não circulante	-	18.688	143.458	29.727

- (a) As aplicações financeiras se referem à compra de títulos com compromisso de revenda em data futura, onde parte está aplicado no Fundo Atlântico, com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecidos na data de contratação e lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com Instituições Financeiras, remuneradas entre 95% a 97% do CDI (2018 - 100% a 102%).
- (b) Refere-se a saldos mantidos em contas bancárias, condicionadas a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos, em função de exigência de contratos de financiamentos. Em 2019, ocorreu: (i) a liberação dos recursos mantidos pela OTP, em decorrência da liberação da garantia prestada à Supervia, após a alienação do controle da investida; (ii) utilização de recursos por parte dos agentes financiadores do VLT-RJ; e (iii) a reclassificação dos saldos das contas mantidas pela CRC para “Ativos não circulantes mantidos para negociação” (Nota Explicativa nº 10).
- (c) Representa o valor das cotas detidas no Fundo OTP CRB, constituído com a finalidade de deter a participação residual de 15% do capital social da CRB, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber

	Consolidado	
	2019	2018
Meios de pagamentos eletrônicos	12.628	17.151
Outros	2.913	5.353
	15.541	22.504
Ativo circulante	15.541	22.272
Ativo não circulante	-	232

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

9 Partes relacionadas

Composição

	Controladora				Consolidado				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Transações	Ativos não circulante mantidos para negociação (Nota 10)	Ativo não circulante	Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10)	Passivo não circulante	Transações
CRA (a)	-	-	-	3.446	-	-	-	-	3.446
VLF RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	4.344
CRO (a)	-	53.562	-	3.744	-	-	-	-	-
OM	-	-	-	(22)	-	-	-	-	-
Move SP (b)	-	144.339	-	-	-	242.684	-	-	-
ODB (a)	-	-	1.047	-	-	-	-	1.047	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (c)	-	-	-	(1.877)	-	-	-	-	(1.751)
Agrovia (a)	-	1.549	-	56	-	-	-	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OEICI") (d)	-	-	8.231	(706)	-	-	-	8.231	(706)
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (d)	-	-	20.440	(1.753)	-	-	-	20.440	(1.753)
31 de dezembro de 2019	-	199.450	29.718	2.888	-	242.684	-	29.718	3.580
31 de dezembro de 2018	4.309	493.179	-	62.189	118.317	142.372	7.210	30	(29.332)

(a) Referem-se a operações de mútuos remunerados a taxas de mercado.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(b), o saldo de mútuo a receber junto a CRB, no montante de R\$ 432.951 (2018 – R\$ 399.333) foi quitado no processo de alienação de controle da investida.

Em 31 de dezembro de 2019, o mútuo devido pela Companhia em face da CRA no montante R\$ 47.473 (2018 – R\$ 44.027) foi transferido para os “Ativos não circulantes mantidos para negociação”

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Em 2018, as instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela investida indireta, a Move SP, executaram a garantia financeira compartilhada entre os acionistas, ficando a OM obrigada a pagar o montante total de R\$ 98.345. Em contrapartida, foi concedido um período de inação até março de 2019, prorrogado posteriormente para maio de 2019, para a não execução das demais garantias prestadas à quitação dos referidos empréstimos. Por sua vez, em 28 de maio de 2019, a OTP efetuou nova liquidação dos empréstimos da Move SP, no montante total de R\$ 144.339 e, com isso, recebeu quitação das garantias prestadas por ela e pela OM junto às instituições financeiras da Move SP. Os valores pagos pela OM e pela OTP são devidos pela Move SP, a título de sub-rogação, nos termos do Artigo 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002, diante do recebimento da indenização pelo Poder Concedente do Governo do Estado de São Paulo, decorrente da extinção do contrato de concessão da Move SP, conforme o previsto na Lei nº 8.987/1995 ou através de créditos oriundos da cessão do contrato de concessão que está sendo negociada com a Acciona.
- (c) Refere-se a prestação de serviços de construção e rateio e repasse de aluguéis e despesas com Serviços Compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação).
- (d) Os valores devidos à OECI e à OOL decorrem, respectivamente, da cessão de recebíveis da Supervia a favor da OTP e da aquisição de ações da RTC, sendo estas operações parte das condições precedentes à alienação de controle da Supervia, mencionada na Nota Explicativa nº 1(b).

10 Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2019, tendo em vista o avanço das negociações e sendo altamente provável que a alienação ocorra no próximo exercício social, os investimentos da ODBR nas empresas CBN, CRC e CRA passaram a ser tratadas como “Ativos não circulantes mantidos para negociação”. Tais investimentos estão sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos a despesa de venda, tendo sido reconhecidas perdas pelo valor de recuperabilidade (*impairment*) no montante total de R\$ 163.532.

Por sua vez, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(b), em 2019, foi concluída a alienação dos ativos CRB, Supervia e Liquiport, que se encontravam classificados em Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2018.

Os resultados dos ativos não circulantes mantidos para negociação estão apresentados na rubrica “Operações descontinuadas” na demonstração do resultado e a participação nos ativos e passivos estão apresentados nas rubricas “Ativos não circulantes mantidos para negociação” e “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação” no balanço patrimonial, cujas classes estão detalhadas nos itens (i) e (ii) a seguir.

Adicionalmente, tendo em vista a paralização das operações da Agrovía, em virtude do processo de devolução do contrato de arrendamento e conseqüente descontinuidade, os resultados apurados e os fluxos de caixa passaram a ser apresentados de forma aglutinada, sendo os efeitos detalhados nos itens (ii) e (iii) a seguir.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Saldo patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	2019				2018						
	ODBR	CRC	Eliminações	Total	OTP	OM	RTC	Liquiport	CRB	Eliminações	Total
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.049	-	4.049	-	-	21.954	1.159	317.994	-	341.107
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	77.987	-	-	-	77.987
Contas a receber	-	1.238	-	1.238	-	-	108.846	30	43.371	18	152.265
Tributos a recuperar	-	459	-	459	-	-	1.671	65	12.455	-	14.191
Outros ativos	-	129	-	129	-	-	50.852	245	6.011	-	57.108
	-	5.875	-	5.875	-	-	261.310	1.499	379.831	18	642.658
Realizável a longo prazo											
Aplicações financeiras	-	7.785	-	7.785	-	-	-	-	16.074	-	16.074
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	228.998	-	-	-	228.998
Partes relacionadas	-	-	-	-	55.652	346.339	-	-	-	(283.674)	118.317
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	17.637	-	39.122	-	56.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.505	-	3.505	-	-	179.906	-	141.201	-	321.107
Outros ativos	-	202	-	202	-	-	-	58	1.012	-	1.070
	-	11.492	-	11.492	55.652	346.339	426.541	58	197.409	(283.674)	742.325
Investimento											
Imobilizado	66.595	-	(27.160)	39.435	76.757	397.503	-	-	-	(700.953)	(226.693)
Intangível	-	179	-	179	-	-	-	24.810	5.682	-	30.492
	-	65.543	-	65.543	-	-	2.280.019	2.267	2.942.745	9.267	5.234.298
Total do ativo	66.595	83.089	(27.160)	122.524	132.409	743.842	2.967.870	28.634	3.525.667	(975.342)	6.423.080
Passivo e patrimônio líquido											
Empréstimos, financiamentos e debêntures											
Fornecedores	-	3.381	-	3.381	-	-	115.679	1.822	248.763	-	366.264
Partes relacionadas	-	224	-	224	-	-	141.335	113	112.170	-	253.618
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	-	-	-	224.110	-	4.309	(228.419)	-
Credor pela aquisição da concessão	-	363	-	363	-	-	24.909	270	9.156	-	34.335
Impostos, taxas e contribuições sociais	-	-	-	-	-	-	4.810	-	905	-	5.715
Outros passivos	-	158	-	158	-	-	8.328	114	8.278	-	16.720
	-	1.375	-	1.375	-	-	22.172	190	7.904	-	30.266
	-	5.501	-	5.501	-	-	541.343	2.509	391.485	(228.419)	706.918
Empréstimos, financiamentos e debêntures											
Fornecedores	-	36.399	-	36.399	-	-	1.194.708	8.054	1.685.769	-	2.888.531
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	115.967	-	107.146	-	223.113
Credor pela aquisição da concessão	-	1.513	(752)	761	-	-	60.385	-	399.334	(452.509)	7.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	16.075	-	-	-	16.075
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	-	953	-	953	-	-	330.828	7.327	-	-	338.155
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	6.073	-	6.073
	-	2.084	-	2.084	-	-	61.506	13	91.335	-	152.854
	-	40.949	(752)	40.197	-	-	1.779.469	15.394	2.289.657	(452.509)	3.632.011
Capital Social											
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	1.252	-	-	1.252
Prejuízo acumulado	-	-	-	-	-	-	-	13.332	-	-	13.332
	-	-	-	-	-	-	-	(3.853)	-	-	(3.853)
	-	-	-	-	-	-	-	10.731	-	-	10.731
Patrimônio líquido não controladores											
	-	-	9.478	9.478	-	-	-	-	-	258.823	258.823
Total do passivo e patrimônio líquido	-	46.450	8.726	55.176	-	-	2.320.812	28.634	2.681.142	(422.105)	4.608.483

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro

	2019									2018										
	Ativos circulantes mantidos para negociação				Operação descontinuada					Ativos circulantes mantidos para negociação				Operação descontinuada						
	OTP	OM	ODBR	CRC	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	Total de efeitos	OTP	OM	RTC	ODBR	CRB	CRC	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	Total de efeitos
Operações descontinuidas																				
Receita líquida	-	-	-	15.051	-	-	1.948	-	16.999	-	-	750.496	-	869.632	15.283	-	-	2.241	-	1.637.652
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(8.899)	-	-	(7.292)	-	(16.191)	-	-	(494.089)	-	(525.532)	(9.854)	-	-	(11.943)	-	(1.041.266)
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	-	6.152	-	-	(5.344)	-	808	-	-	256.407	-	344.100	5.429	-	-	(9.702)	-	596.386
Despesas gerais e administrativas	-	-	(6.752)	(4.191)	-	-	(3.289)	-	(14.232)	-	-	(109.815)	-	(27.465)	(4.381)	-	-	(5.680)	-	(147.341)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Resultado operacional	-	-	(6.752)	1.963	-	-	(8.633)	-	(13.422)	-	-	146.592	-	316.635	1.048	-	-	(15.387)	-	449.040
Equivalência patrimonial	1.579	(10.758)	(6.279)	-	313	(14.321)	-	14.321	(15.145)	-	-	-	7.291	-	-	(13.091)	-	-	-	(5.800)
Alienação de investimentos	15.958	-	108.535	-	-	-	-	-	124.493	-	8.544	-	-	-	-	(8.544)	(18.559)	-	18.559	-
<i>Impairment</i>	(47.473)	-	(80.086)	-	-	2.609	-	-	(124.950)	(226.693)	-	-	(35.973)	-	-	-	-	-	-	(262.666)
Ajuste valor justo	-	-	16.624	-	-	-	-	-	16.624	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(2.598)	-	-	(6.505)	-	(9.103)	-	-	(122.945)	-	(295.227)	(2.686)	-	87.908	(4.448)	-	(337.398)
Resultado antes dos impostos	(29.936)	(10.758)	32.042	(635)	313	(11.712)	(15.138)	14.321	(21.503)	(226.693)	8.544	23.647	(28.682)	21.408	(1.638)	66.425	(18.559)	(19.835)	18.559	(156.824)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	213	-	-	-	-	213	-	-	(9.408)	-	(7.489)	520	-	-	-	-	(16.377)
Lucro (prejuízo) do exercício	(29.936)	(10.758)	32.042	(422)	313	(11.712)	(15.138)	14.321	(21.290)	(226.693)	8.544	14.239	(28.682)	13.919	(1.118)	66.425	(18.559)	(19.835)	18.559	(173.201)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2019									2018										
	Ativos circulantes mantidos para negociação					Operação descontinuada				Ativos circulantes mantidos para negociação					Operação descontinuada					
	OTP	OM	ODBR	CRC	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	Total de efeitos	OTP	OM	RTC	ODBR	CRB	CRC	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	Total de efeitos
Fluxos de caixa das atividades operacionais																				
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(29.936)	(10.758)	32.042	(635)	312	(11.712)	(15.138)	14.321	(21.504)	(226.693)	8.544	23.647	(28.683)	21.407	(1.638)	66.428	(18.558)	(19.835)	(2.020)	(177.401)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício																				
Depreciação e amortização	-	-	-	3.813	-	-	3.132	-	6.945	-	-	71.194	-	161.897	3.372	-	-	4.350	-	240.813
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	3.265	-	-	5.336	-	8.601	-	-	122.945	-	294.757	3.432	(87.909)	-	4.466	-	337.691
Resultado de equivalência patrimonial	-	10.758	6.281	-	(312)	14.321	-	(14.321)	16.727	-	(8.544)	-	28.683	-	918	18.558	-	-	(18.556)	21.059
Provisão para contingências	-	-	-	187	-	-	-	-	187	-	-	-	-	5.338	21	-	-	759	-	25.882
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	-	-	-	21	-	-	-	-	21	-	-	19.764	-	-	142	-	-	5	-	324
Baixa de investimentos	359.454	-	(33.104)	-	-	-	-	-	326.350	-	-	8	-	169	-	-	-	-	-	-
Impairment	(227.494)	-	80.085	-	-	(2.609)	-	-	(150.018)	226.693	-	-	-	-	-	-	-	-	-	226.693
Ajuste valor justo	-	-	(16.624)	-	-	-	-	-	(16.624)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	47.089	-	-	547	-	-	60	-	47.696	-	-	-	-	23.218	594	(13)	-	-	-	23.799
	179.049	10.758	36.638	7.833	(312)	11.712	8.528	(14.321)	239.885	226.693	(8.544)	213.911	28.683	485.379	7.561	(87.004)	18.558	9.580	(18.556)	876.261
Varição nos ativos e passivos																				
	-	-	-	(848)	-	-	466	-	(382)	-	-	(15.189)	-	34.958	484	-	-	1.075	-	21.328
Caixa proveniente das operações	149.113	-	68.680	6.350	-	-	(6.144)	-	217.999	-	-	222.369	-	541.744	6.407	(20.576)	-	(9.180)	(20.576)	720.188
Juros pagos	-	-	-	(3.229)	-	-	(424)	-	(3.653)	-	-	(108.757)	-	(251.333)	(3.435)	-	-	-	-	(363.525)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.634)	-	-	-	-	-	(2.634)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	149.113	-	68.680	3.121	-	-	(6.568)	-	214.346	-	-	113.612	-	287.777	2.972	(20.576)	-	(9.180)	-	354.029
Fluxos de caixa das atividades de investimentos																				
Adições ao imobilizado	-	-	-	(6)	-	-	(14)	-	(20)	-	-	-	-	(1.329)	(22)	-	-	(137)	-	(1.688)
Adições ao intangível	-	-	-	(260)	-	-	(19)	-	(279)	-	-	(64.695)	-	(209.454)	(877)	-	-	-	-	(275.026)
Aplicações financeiras	-	-	-	109	-	-	-	-	109	-	-	-	-	31.837	-	-	-	-	-	31.837
	-	-	-	(157)	-	-	(33)	-	(190)	-	-	(64.695)	-	(178.946)	(1.099)	-	-	(137)	-	(244.877)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento																				
Amortização de empréstimos	-	-	-	(2.562)	-	-	(1.041)	-	(3.603)	-	-	(62.015)	-	-	(2,636)	-	-	-	-	(64.651)
Captações de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.840	-	(129,681)	-	-	-	-	-	(127,841)
Arrendamento mercantil	-	-	-	(527)	-	-	(1,597)	-	(2,124)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos recebidos	-	-	-	-	-	-	1,493	(1,465)	28	-	-	8,663	-	-	-	(8,500)	-	-	-	163
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	7,697	(7,697)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,000	(9,000)	-
	-	-	-	(3,089)	-	-	6,552	(9,162)	(5,699)	-	-	(51,512)	-	(129,681)	(2,636)	(8,500)	-	9,000	(9,000)	(192,329)
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	149.113	-	-	(125)	-	-	(49)	(9,162)	208,457	-	-	(2,595)	-	(20,850)	(763)	(29,076)	-	(317)	(9,000)	(83,177)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	4,173	-	-	-	-	4,173	-	-	24,549	-	338,844	-	-	-	-	-	363,395
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	-	4,048	-	-	-	-	4,048	-	-	21,954	-	317,994	-	-	-	-	-	339,948

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos

(i) Informações sobre as investidas - Controladora

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Agrovia do Nordeste S.A.	48.529.447	40.832.447	94,97	94,08	5.196	12.637	(15.137)	(19.835)
Concessionária Rota das Horizontes S.A.	600.000	600.000	60,00	60,00	1.248	5.525	48	168
Odebrecht Mobilidade S.A.	66.086.038	357.349.650	60,00	60,00	106.370	928.372	(76.473)	12.989
Odebrecht Rodovias S.A.	1.202.509.106	1.251.145.725	100,00	100,00	597.593	726.282	(80.044)	(126.840)
Odebrecht TransPort Mobilidade Urbana S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	1.831
OTP SPV Participações S.A. (b)	119.973.092	-	100,00	-	117.319	-	(51.833)	-
Woodhollow Participações S.A. (c)	-	17.702.248	100,00	100,00	-	150	-	(17.552)

(a) Empresa incorporada pela Companhia durante o exercício de 2018 (Nota Explicativa nº 1).

(b) Empresa resultante da reestruturação societária ocorrida em 2019, no contexto da alienação do controle da Supervia (Nota Explicativa nº 1).

(c) Empresa incorporada pela Companhia durante o exercício de 2019 (Nota Explicativa nº 1).

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação dos investimentos - Controladora

Investidas	Saldo no início do exercício	Adições	Baixas	Movimentações societárias das investidas (*)	Impairment	Reclassificação (**)	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Operações descontinuadas	Outros	Saldo no final do exercício
Odebrecht Mobilidade S.A.	253.572	1.620	-	(448.973)	-	303.451	(45.896)	(895)	-	-	1.590	64.469
OTP SPV Participações S.A.	-	26.405	-	143.217	-	-	(52.303)	-	-	-	-	117.319
Zania Participações S/A	-	56.017	(361.035)	305.756	-	-	(738)	-	-	-	-	-
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	2.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.668
Concessionária Rota das Horizontes S.A.	3.315	-	-	-	-	-	29	-	(2.595)	-	-	749
Odebrecht Rodovias S.A.	726.282	-	(48.637)	-	-	-	(80.045)	-	-	-	(7)	597.593
Agrovia do Nordeste S.A. (***)	4.344	7.697	-	-	-	-	-	(329)	-	(11.712)	-	-
Woodhollow Participações S.A.	150	-	-	(150)	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2019	990.331	91.739	(409.672)	(150)	-	303.451	(178.953)	(1.224)	(2.595)	(11.712)	1.583	782.798
31 de dezembro de 2018	1.451.299	31.880	(33.821)	-	(338)	(303.451)	(136.504)	(175)	-	-	(18.559)	990.331

(*) Consideram a cisão parcial da OM com a incorporação do acervo pela OTP SPV e Zania (Nota 1) e a incorporação da Woodhollow pela OTP.

(**) Em 2018, a parcela prevista do acervo líquido da cisão da OM a ser alienado pela OTP em 2019 foi reclassificado para "Ativo não circulante mantido para negociação".

(***) Consideramos *impairment* do investimento no montante de R\$ 4.792.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Movimentação societárias - Controladora

OM

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 30 de abril de 2019, foi aprovada a cisão parcial da OM, como cancelamento de 488.212.183 ações, sendo 292.927.310 de propriedade da OTP. O acervo líquido cindido a favor da OTP no valor de R\$ 448.973 foi incorporado pelas empresas OTP SPV e Zania.

Em 26 de dezembro de 2019, a Companhia subscreveu 1.663.698 novas ações ordinárias da OM, pelo valor de R\$ 1.663, tendo integralizado R\$ 1.620 até 31 de dezembro de 2019.

ODBR

Ao longo de 2019, foram aprovadas a redução de capital na ODBR no montante total de R\$ 48.637, mediante o cancelamento de 48.636.619 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas pela Companhia.

Agrovia

Ao longo de 2019, a Companhia subscreveu 7.697.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovia, no valor de R\$ 7.697, que foram totalmente integralizado em moeda nacional corrente.

OTP SPV

Em 01 de abril de 2019, a Companhia adquiriu a participação acionária integral de OTP SPV, cujo capital social era composto por 100 ações ordinárias subscritas e já integralizadas.

Como parte do processo de alienação de controle da Supervia, descrito na Nota Explicativa nº 1(b), em 30 de abril de 2019, a Companhia subscreveu e integralizou 93.760.967 ações ordinárias da OTP SPV, através da incorporação do acervo líquido recebido da OM, no montante de R\$ 143.217, que compreendia participação societária na RTC e créditos de mútuos face à Supervia.

Em 28 de maio de 2019, a Companhia realizou aumento de capital na investida OTP SPV no montante de R\$ 26.212, mediante a subscrição de 26.212.025 ações ordinárias, integralizada mediante conferência de créditos junto à Supervia e de ações da RTC que foram adquiridas das empresas OEI e à OOL, respectivamente.

Zania

Como parte do processo de alienação de controle da Supervia, descrito na Nota Explicativa nº 1(b), em 30 de abril de 2019, a Companhia subscreveu e integralizou 199.166.343 ações ordinárias da Zania, mediante incorporação do acervo líquido recebido da OM, no montante de R\$ 305.756. O acervo era composto de participação societária na RTC, acionista indireta da Supervia e de créditos detidos face a Supervia, VLT-RJ e VLT-GO.

Em 20 de maio de 2019, a Companhia realizou aumento de capital na investida Zania, mediante a subscrição de 36.526.502 ações ordinárias, integralizada com a conferência de créditos de garantias a receber da Supervia e recebíveis face ao VLT-GO, no montante total de R\$ 56.017.

Em 28 de maio de 2019, a Companhia alienou a totalidade das ações detidas da Zania (Nota Explicativa nº 1).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos - Consolidado

	Consolidado	
	2019	2018
CLN	2.668	2.668
VLT-RJ	-	55.455
CBN (*)	-	118.476
CRA (*)	-	7.012
RTP (**)	117.318	-
Total dos investimentos	119.986	183.611

(*) Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de investimentos em CBN e CRA foram reclassificados para a rubrica “Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas”.

(**) Participação residual detida pela OTP SPV após alienação de controle indireto da Supervia (Nota 1).

A Companhia e suas controladas registraram valores de *impairment* relativos aos seus investimentos, sendo os saldos, em 31 de dezembro de 2019, de: VLT-RJ - R\$ 28.776, RTP - R\$ 52.592 e Move SP - R\$ 80.827 (2018: CRA - R\$ 13.925, CBN - R\$ 22.048 e Move SP - R\$ 68.000).

12 Imobilizado - Consolidado

Composição

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Direito de uso (***)	Outros	Total
Custo	5.403	39.747	38.846	2.351	10.613	-	82	97.042
Depreciação acumulada	-	(2.663)	(6.222)	(1.189)	(4.168)	-	(19)	(14.261)
Saldo em 1º de janeiro de 2018	5.403	37.084	32.624	1.162	6.445	-	63	82.781
Aquisições	-	45	392	150	2.028	-	-	2.615
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(13)	(179)	(305)	-	-	(497)
<i>Impairment</i>	(5.253)	-	-	-	-	-	-	(5.253)
Transferências	-	250	(250)	-	-	-	-	-
Reclassificação (*)	-	-	(1.182)	(283)	(5.669)	-	-	(7.134)
Depreciação	-	(1.827)	(3.668)	(184)	(358)	-	(13)	(6.050)
Saldo	150	35.552	27.903	666	2.141	-	50	66.462
Custo	150	38.333	36.392	1.672	4.215	-	82	80.844
Depreciação acumulada	-	(2.781)	(8.489)	(1.006)	(2.074)	-	(32)	(14.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	150	35.552	27.903	666	2.141	-	50	66.462
Aquisições	-	-	51	39	33	-	-	123
Adoção inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	31.821	-	31.821
Baixas, líquidas de depreciação	(150)	-	-	-	-	-	-	(150)
Transferências	-	-	26	24	-	-	(50)	-
Reclassificação (*)	-	(30)	(123)	(67)	(2)	-	-	(222)
Depreciação (**)	-	(871)	(1.357)	(143)	(484)	(4.558)	-	(7.413)
Saldo	-	34.651	26.500	519	1.688	27.263	-	90.621
Custo	-	38.303	36.346	1.668	4.246	31.821	32	112.416
Depreciação acumulada	-	(3.652)	(9.846)	(1.149)	(2.558)	(4.558)	(32)	(21.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	34.651	26.500	519	1.688	27.263	-	90.621
Taxas anuais de depreciação (%)		2 a 10	1,3 a 20	10	10 a 25		até 20	

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Referem-se aos saldos das controladas que passaram a ser classificados na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação, sendo CRC em 2019 e RTC e suas controladas e da CRB, em 2018 (Nota 10).

(**) Devido a descontinuidade das operações de Agrovía, a depreciação das Edificações e das Máquinas e Equipamentos foi cessada e os resultados de depreciação gerados no decorrer do exercício, até a data da paralização, e dos demais ativos, no valor de R\$ 3.132 (2018 - R\$ 4.350) encontram-se alocados em rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas”.

(***) Representa os direitos de uso relativos aos contratos de arrendamento mercantil.

13 Intangível - Consolidado

(i) Composição

	2019	2018
Infraestrutura (a)	1.824.927	1.850.265
Direitos de uso	17.953	-
Outros	390	597
	1.843.270	1.850.862

(a) Infraestrutura

Representa os custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão da CRO. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Recuperação	944.244	(65.314)	878.930	864.427
Operação	114.332	(14.285)	100.047	105.685
Melhoramentos	821.349	(50.477)	770.872	807.249
Adiantamentos	75.078	-	75.078	72.904
	1.955.003	(130.076)	1.824.927	1.850.265

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

	Ágio sobre						Total
	investimentos	Marcas e patentes	Infraestrutura	Direito de outorga	Direito de uso	Software e outros	
Custo	10.096	716	6.648.137	1.363.103	-	46.426	8.068.478
Amortização acumulada	-	(556)	(856.614)	(276.725)	-	(14.629)	(1.148.524)
Saldo em 1º de janeiro de 2018	10.096	160	5.791.523	1.086.378	-	31.797	6.919.954
Adições (*)	-	-	96.841	-	-	38	96.879
Baixas, líquidas de amortização	(10.096)	-	(1.232)	-	-	(12.499)	(23.827)
Reclassificação (**)	-	(160)	(3.999.272)	(1.086.378)	-	(18.529)	(5.104.339)
Amortização	-	-	(37.595)	-	-	(210)	(37.805)
Saldo	-	-	1.850.265	-	-	597	1.850.862
Custo	-	-	1.960.738	-	-	1.054	1.961.792
Amortização acumulada	-	-	(110.473)	-	-	(457)	(110.930)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	1.850.265	-	-	597	1.850.862
Adições (*)	-	-	81.664	-	14.302	28	95.994
Adoção inicial IFRS 16	-	-	-	-	12.888	-	12.888
Baixas, líquidas de amortização	-	-	(683)	-	-	-	(683)
Movimentação societária (***)	-	-	(67.807)	-	-	(42)	(67.849)
Amortização	-	-	(38.512)	-	(9.237)	(193)	(47.942)
Saldo	-	-	1.824.927	-	17.953	390	1.843.270
Custo	-	-	1.955.003	-	27.190	1.019	1.983.212
Amortização acumulada	-	-	(130.076)	-	(9.237)	(629)	(139.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	1.824.927	-	17.953	390	1.843.270

(*) Apenas o montante de R\$ 87.694 (2018 – R\$ 87.531) relativas as adições impactaram no caixa.

(**) Referem-se aos saldos das controladas RTC e CRB que passaram a ser classificados na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10).

(***) Referem-se aos saldos da controladas CRC que passou a ser classificada na rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas” (Nota 10).

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Corporativo (a)	836.403	798.549	836.403	798.549
Captações estruturadas (b)	-	411.487	46.742	1.130.119
Capital de giro e <i>Bridge Loan</i> (c)	-	-	1.025.407	995.906
(-) Custo de transação (d)	(385)	(12.673)	(19.466)	(32.210)
	836.018	1.197.363	1.889.086	2.892.364
Passivo circulante	836.018	603.150	1.889.086	1.736.936
Passivo não circulante	-	594.213	-	1.155.428

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Corporativo

A Companhia possui empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 196.575 (2018 - R\$ 188.289), com taxa de juros de 132% do CDI, e debêntures privadas emitidas junto ao Bradesco, no montante de R\$ 639.828 (2018 - R\$ 610.260), com remuneração de CDI + 2,28%. O prazo de liquidação dessas dívidas vem sendo renegociado sucessivamente, sendo a última prorrogação com vencimento para fevereiro de 2020. Em 2019, foram pagos juros no montante total de R\$ 6.409.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures emitidas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R\$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de debenturistas, que acontece posteriormente à emissão das demonstrações contábeis, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2019. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual (“*waiver*”).

(b) Captações estruturadas

- (i) A Companhia emitiu debêntures no valor de R\$ 300.000, com remuneração de IPCA + 6,7%, cujo saldo de R\$ 432.951 (2018 – R\$ 411.487) foi cedido para CRB em 17 de junho de 2019, como parte do processo de alienação do seu controle (Nota 1). Em 2019, foram pagos juros no montante de R\$ 20.763;
- (ii) A Agrovía, emitiu debêntures para construção de infraestrutura no montante de R\$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75%. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 46.742 (2018 - R\$ 43.496). Em 2019, foi liquidado o montante de R\$ 1.465, sendo R\$ 1.041 de principal e R\$ 424 de juros.
- (iii) Em 1 de julho de 2016, a ODBR celebrou um contrato para emissão de debêntures conversíveis em ações com o SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações, representado por sua administradora SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A, no montante de R\$ 351.760. Essas debêntures eram impactadas por uma banda cambial (BRL/USD), sendo que, a partir de maio de 2018, passou a ser fixada pela taxa de câmbio de R\$ 3,53 até janeiro de 2019. Em 1º de setembro de 2017, a ODBR celebrou um novo contrato para a 2ª emissão das debêntures conversíveis em ações, sendo captado o montante líquido de R\$ 77.886. Em 28 de maio de 2019, o saldo total de R\$ 750.951 foi quitado no processo de alienação de controle da CRB, como parte do pagamento do valor das ações alienadas.
- (iv) A CRC possui contrato de financiamento com o BNB, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com juros de 9,5% a.a. e vencimento final em 27 de novembro de 2029. Em 2019, foram amortizadas parcelas no montante de R\$ 5.739 (2018 - R\$ 6.071), sendo R\$ 2.562 (2018 - R\$ 2.636) de principal e R\$ 3.229 (2018 - R\$ 3.435) de juros. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo correspondente de R\$ 39.780 (2018 R\$ 42.344) foi reclassificado para a rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10).

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Capital de giro e *Bridge Loan*

A CRO possui contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R\$ 762.000, destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidem juros anuais de TJLP + 2,9%, tendo sido liberado o montante de R\$ 590.000. Em 15 de maio de 2019, foi celebrado novo aditivo contratual com alteração da metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à TJLP. Desde então ocorreram prorrogações sucessivas da data de vencimento da parcela única de amortização do principal, mediante a apresentação de e/ou renovação das cartas de fianças, sendo a última prorrogação para 15 de fevereiro de 2020, com a possibilidade de renovação até 15 de maio de 2020, sujeita a apresentação de novas garantias. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 642.061 (2018 - R\$ 663.921).

A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”), no montante de R\$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TJLP, sendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 383.346 (2018 - R\$ 331.985).

Em 14 de junho de 2018, foi celebrado aditivo contratual prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018. Em 21 de dezembro de 2018, a CRO celebrou novo aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020). A CRO está em negociação com a CEF para a assinatura de novo aditivo contratual, em fase de formalização, contendo os seguintes termos:

- Prorrogação do prazo de vencimento para 20 de maio de 2020;
- Alteração da taxa de juros de TJLP + 3,5% a.a. para CDI + 5,2% a.a., a partir de 20 de agosto de 2019; e
- Amortização de 3,5% a.a. do saldo devedor, a partir de 20 de agosto de 2019.

Em 2019, foi pago pela CRO o montante total de R\$ 98.376 (2018 – R\$ 97.645), sendo R\$ 36.363 de principal e R\$ 62.013 (2018 – R\$ 97.645) de juros e custos de transação de R\$ 43.510 (2018 – R\$ 47.491).

(d) Custo de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

(e) Garantias

- (i) O contrato de financiamento da CRO junto aos BNDES tem como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (“Fiadores”). Em favor dos Fiadores, foram oferecidas em garantia à alienação fiduciária das ações do Projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios. Em 06 de maio de 2016, a ODBR e a Companhia assinaram carta de fiança corporativa em favor dos fiadores perante o contrato de prestação de garantias. Por sua vez, o contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios;

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Para o contrato de empréstimo ponte da Agrovía, a OTP disponibilizou fiança corporativa e alienação fiduciária das ações como garantia;
- (iii) O contrato de financiamento da CRC prevê, como garantia, penhor de ações ordinárias e direitos emergentes do contrato de concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios;
- (iv) Além das garantias mencionadas, a Companhia fornece *Equity Support Agreement* (“ESA”) para empréstimos e financiamentos contratados pelas investidas VLT-RJ e fianças corporativas para a CRA. As garantias que eram prestadas a Liquiport foram liberadas após alienação do contrato;
- (v) As garantias fornecidas pela Companhia para os financiamentos contratados pela Supervia e Move SP foram quitadas em 2019.

(f) Prazo de vencimento

O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2019	2018
2020	-	713.013
2021	-	4.845
2022	-	5.074
2023	-	5.253
2024	-	5.458
2025 em diante	-	421.785
	-	1.155.428

15 Arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Reconhecimento inicial	15.297	34.251
Adições	10.702	25.003
Amortização	(2.383)	(14.341)
Apropriação das despesas financeiras	1.089	3.067
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.705	47.980
Passivo circulante	3.363	17.034
Passivo não circulante	21.342	30.946

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação, sendo 9% a.a. na CRO, 11,15% na Agrovía e 5,26% nas Holdings.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - Consolidado

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido apresentados de forma líquida, são decorrentes de:

	2019	2018
Crédito tributário	-	1.040
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	22.622	22.644
Mensuração de diferença de valor justo em combinação de negócio	(3.613)	(9.225)
Outras diferenças temporárias	11.944	12.682
	30.953	27.141

(*) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da CRO. Esses créditos têm projeção de realização até 2025.

A expectativa das Administrações quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização
2020	772
2021	2.424
2022	10.952
2023 em diante	8.474
Total	22.622

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado das controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
OTP	-	-	(9.364)	(3.121)
CRO	5.159	1.857	8.405	3.026
	5.159	1.857	(959)	(95)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
CRO	(31)	(20)	(419)	(164)
OM	(1.998)	(721)	(6.062)	(2.192)
CRH	(6)	(4)	(21)	(12)
ODBR	(1.235)	(466)	-	-
OTPV SPV	(123)	(45)	-	-
	(3.393)	(1.256)	(6.502)	(2.368)

17 Provisão cíveis, trabalhistas e previdenciárias

- (i) A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais em 31 de dezembro:

	2019		2018	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Contingências trabalhistas e previdenciárias	356	18	-	32
Reclamações cíveis	-	2.395	-	1.115
Outros	9	3.547	1.770	759
	365	5.960	1.770	1.906

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente.

(ii) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

Em 31 de dezembro de 2019 e suas controladas, incluindo CRC, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 9.367 (2018 - R\$ 17.723).

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Outros passivos - Consolidado

	2019	2018
<i>Impairment</i> (i)	310.006	325.736
Procedimento de Manifestação de Interesse (ii)	8.818	2.427
Dividendos a pagar	-	761
Outros passivos	9.449	10.203
	328.273	339.127
Passivo circulante	6.606	7.912
Passivo não circulante	321.667	331.215

- (i) Inclui *impairment* dos investimentos em CRO e Agrovía, nos montantes de R\$ 305.071 e R\$ 4.935 (2018 - R\$ 318.192 e R\$ 7.544), respectivamente.
- (ii) Refere-se contas a pagar relativo a gastos com estudos e projetos devidos pelo VLT-GO que foram assumidos pelos seus acionistas. Em 2019, os valores devidos à OTP e à OM, no montante total de R\$ 6.391 foram transferidos para a GUMI, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(b).

19 Provisão para conserva especial

Em 31 de dezembro de 2019, O Grupo apresentava saldo de R\$ 121.890 (2018 - R\$ 101.018) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura efetuada pela CRO (em 2018, o saldo era de R\$ 102.263, sendo R\$ 101.018 da CRO).

A provisão constituída pela CRO considera os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

A CRO está em negociação junto à ANTT para a postergação dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias, por meio da Revisão Quinquenal prevista em regulamento próprio da ANTT.

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação em discussão impacta diretamente na curva de conserva especial. Assim, optou-se por reduzir o período de análise dos ciclos de conserva especial, inicialmente de 30 anos (prazo da Concessão) para 06 anos, para obter-se a melhor estimativa para a referida provisão. Haverá apenas um ciclo de conserva especial no trecho já duplicado pela CRO no referido período.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2019	2018	2019	2018
Odebrecht S.A.	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	214.666.816	100,00%	100,00%

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(42.669)	(42.065)
Ajuste de conversão de investidas no exterior	-	(10)
Ajuste de avaliação a valor de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	107
Realização de ganho e perda de variação de percentual de participação	-	(428)
Ganho (perda) de variação de percentual de participação (*)	(1.224)	(273)
Saldo no final do exercício	(43.893)	(42.669)

(*) Em 2019, decorre da alteração de percentual de participação em VLT-RJ e Agrovía.

21 Receita líquida - consolidado

	2019	2018
Receita de construção (Nota 22)	90.622	95.682
Receita de operação		(Reapresentado)
Pedágio de rodovias	441.113	424.504
Outras receitas	6.350	12.321
	447.463	436.825
Tributos sobre serviços de operação	(37.416)	(39.350)
Receita operacional líquida	410.047	397.475
Receita líquida	500.669	493.157

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Receita e custo de construção

Em 2019 e 2018, o Grupo registrou receita de construção em atendimento ao ICPC 01(R1) – Contratos de concessão decorre da controlada CRO, tendo sido apurada com base no custo total incorrido na formação da infraestrutura. A redução do valor da receita de construção, quando comparada com o período anterior refere-se basicamente à suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo.

Controladas	Direito da Concessionária	Receita de construção	Custo de construção
CRO	Ativo Intangível	90.622	(90.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		90.622	(90.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		95.682	(95.682)

A Administração da controlada CRO entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras são imateriais para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

23 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				(Reapresentado)
Classificadas por natureza:				
Serviços de terceiros	(7.477)	(17.376)	(67.072)	(77.980)
Gastos com pessoal	(14.714)	(35.098)	(74.491)	(100.555)
Depreciação e amortização	(3.243)	(656)	(52.223)	(36.126)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(7)	(93)	(13.148)	(20.358)
Alienação de investimentos	-	(32.794)	(18.680)	(32.794)
Provisão para conserva	-	-	(14.894)	(54.184)
Outras despesas	(10.626)	(22.208)	(64.035)	(45.300)
	(36.067)	(108.225)	(304.543)	(367.297)
Classificadas por função:				
Custo dos serviços prestados	-	-	(176.194)	(213.255)
Gerais, administrativas	(34.110)	(68.669)	(92.434)	(118.928)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.957)	(39.556)	(35.915)	(35.114)
	(36.067)	(108.225)	(304.543)	(367.297)

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				(Reapresentado)
Receitas com juros	30.592	53.916	51.001	28.979
Variações cambiais e monetárias	391	4.841	368	5.066
Outros	875	49	1.056	360
	31.858	58.806	52.425	34.405
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(86.525)	(106.736)	(320.918)	(292.596)
Amortização de custos de transação	(3.154)	(1.450)	(46.835)	(52.002)
Variações cambiais e monetárias	(2.635)	-	(28.258)	(16.907)
Ajuste a valor presente	(1.089)	-	(7.067)	(6.460)
Outros	(3.072)	(7.158)	(10.411)	(31.357)
	(96.475)	(115.344)	(413.489)	(399.322)
	(64.617)	(56.538)	(361.064)	(364.917)

25 Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2019	2018
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(321.285)	(559.342)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(1,50)	(2,61)

26 Eventos subsequentes

No dia 4 de fevereiro de 2020, a Move SP celebrou, com a interveniência dos seus acionistas, o contrato de cessão para a Nova Concessionária, constituída pela Acciona, que inclui a cessão definitiva do contrato de concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo e a transferência dos bens reversíveis da concessão. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de diversas condições precedentes, dentre elas as aprovações junto ao CADE, ao Governo do Estado de São Paulo, aos credores da Move SP, a aprovações societárias da Move SP, de seus acionistas e da Acciona.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 7 de fevereiro de 2020, foi publicado, pelo Governo de SP, o Decreto estadual nº 64.782 prorrogando a eficácia da caducidade do contrato de concessão da Move SP para 24 de março de 2020.

Em 7 de fevereiro de 2020, a ODBR firmou Contratos de Compra e Venda de Ações para a alienação de sua participação em cada uma das investidas CBN, CRA e CRC, cuja conclusão está sujeita a satisfação de algumas condições precedentes dentre elas, aprovações junto ao Poder Concedente, aos acionistas minoritários da OTP e a determinados credores.

Em 17 e 18 de fevereiro de 2020, os bancos fiadores da CRO, Banco do Brasil S.A., Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Pine S.A., Banco ABC Brasil S.A. e ING Bank NV, realizaram o pagamento ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações do contrato de financiamento se sub-rogando nos direitos dele decorrentes perante a CRO.

A Companhia está negociando junto ao Banco do Brasil e Bradesco nova prorrogação das dívidas corporativas.

Em 5 de março de 2020, o CADE se manifestou favoravelmente quanto a cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo

* * *